

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

MARIANA FRATIS PEDRO

A RELAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS COM SUA COMUNIDADE DO ENTORNO: O
CASO DA MATA DO PARAÍSO, VIÇOSA-MG

VIÇOSA – MINAS GERAIS

2011

MARIANA FRATIS PEDRO

A RELAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS COM SUA COMUNIDADE DO ENTORNO: O
CASO DA MATA DO PARAÍSO, VIÇOSA-MG

Monografia, apresentada ao Curso de Geografia
da Universidade Federal de Viçosa como
requisito para obtenção do título de bacharel em
Geografia.

Orientador: André Luiz Lopes de Faria

Co-orientadora: Gínia

VIÇOSA – MINAS GERAIS

2011

MARIANA FRATIS PEDRO

A RELAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS COM SUA COMUNIDADE DO ENTORNO: O
CASO DA MATA DO PARAÍSO, VIÇOSA-MG

Monografia, apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa como requisito para obtenção do título de bacharel em Geografia.

APROVADA:

*Aos meus pais, com dedicação;
aos familiares, com gratidão;
aos mestres, com carinho;
e aos amigos, com fidelidade.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, meu conforto e refúgio, pelo apoio incondicional, palavras de sabedoria e incentivo nos momentos difíceis durante minha estada em Viçosa;

Às minhas avós, que me mantiveram em pé com sua doçura e orações;

Aos meus familiares pela torcida constante e estímulo;

Aos professores do Departamento de Geografia, que me ensinaram muito mais do que podem imaginar, ensinamentos esse que estarão comigo não só no campo profissional mas pessoal também;

Ao professor André Luiz Lopes de Faria, pela orientação e palavras amigas nos momentos de dúvida e angústia;

A GíniaBontempo pelo 'outro olhar';

Ao prestativo e inspirado amigo Tuwile Jorge Kim Braga, pela ajuda incondicional na realização desta pesquisa e nas discussões para as conclusões finais, sempre com entusiasmo e disposição;

À talentosa Ana Carolina Franco Torres por transformar em fotos o meu olhar;

Aos queridos amigos e companheiros do Grupo de Educação e Interpretação Ambiental – Mata do Paraíso (GEIA-Mata) por estarem comigo e me ajudarem a construir essa empreitada chamada educação ambiental e pela base e apoio a este trabalho;

Aos meus caros amigos 'viçosenses', amigos para todas e diferentes horas mas que sem tais não chegaria até aqui. Companheiros lembrados com carinho constantemente;

À todos os companheiros da Geografia 2006, por me apresentarem mundos diferentes todos os dias;

Aos amados pirassununguenses pela saudade que nunca me deixou esquecer que sou e de onde vim;

A Universidade Federal de Viçosa e ao Departamento de Engenharia Florestal, pela estrutura, apoio e fé em meu trabalho e pessoa;

Enfim, a todos que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste trabalho; cada pessoa tem sua parcela nisto, não menos importante.

*“Nunca dê um nome a um rio:
Sempre é outro rio a passar.
Nada jamais continua,
tudo vai recomeçar!” Mário Quintana*

Resumo

O estabelecimento de um modelo preservacionista no Brasil, através da implantação de Unidades de Conservação em meados do século XX trouxe consigo além de uma nova maneira de conservar questões negativas advindas de um modelo que não é o mais adequado para o país. A partir do momento que as Unidades começaram a ser demarcadas e estabelecidas, foi ficando cada vez mais evidente uma questão social que não havia sido pensada até então: a existência de populações tradicionais em biomas que precisam ser preservados, e como administrar tal empasse, uma vez que existem modalidades de UCs que não permite populações humanas em seu interior. Desde então vem se discutindo muito tal questão em congressos, encontros e dentro de órgão governamentais na intenção de buscar saídas e soluções para que nem as pessoas, nem a natureza saiam prejudicadas dentro de tal contexto. O presente trabalho tem como objetivo identificar a relação existente entre a Estação de Pesquisa, Treinamento e Educação Ambiental Mata do Paraíso e sua comunidade do entorno, usando como lente para análise o projeto realizado na escola municipal rural Almiro Paraíso e possui o mesmo objetivo. Através de questionários e desenhos buscou-se identificar se existe uma ligação entre a comunidade e tal área protegida, e de que natureza é esta relação. Ficou clara que ela existe no meio estudantil por conta do projeto, mas que suas famílias ainda são excluídas de tal área apesar de viver e terem seus ritmos influenciados pelo fragmento florestal.

Sumário

1	Introdução	8
2	Revisão Bibliográfica.....	9
2.1	Território e áreas protegidas.....	9
2.2	As unidades de conservação no Brasil e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação	12
2.3	Consequências do modelo adotado no Brasil.....	16
3	Material e Método	20
4	Caracterização da área de estudo	22
4.1	Meio Físico.....	22
4.2	Histórico e meio socioeconômico	23
5	A Estação de Pesquisa, Treinamento e Educação Ambiental Mata do Paraíso (EPTEA): histórico e implantação	25
5.1	O Grupo de Educação e Interpretação Ambiental Mata do Paraíso – GEIA-Mata.....	31
5.2	O projeto de extensão “Escola na Mata”	32
5.3	A relação com a comunidade viçosense.....	34
5.4	Os bairros do entorno da Mata do Paraíso	34
6	Resultados e Discussões.....	36
6.1	A relação estabelecida entre a comunidade e a EPTEA Mata do Paraíso: uma análise a partir do projeto “Escola na Mata”	36
6.1.1	Questionários.....	36
6.1.2	Considerações acerca dos questionários.....	37
6.1.3	Desenhos e pinturas.....	38
6.1.4	Considerações acerca dos desenhos e pinturas.....	38
7	Considerações Finais.....	39
8	Referências Bibliográficas	41
	ANEXOS.....	43

1 Introdução

Proteger os recursos naturais é uma prática datada desde os primórdios das civilizações humanas, o que mudou de lá para cá foram os interesses que regem tal necessidade de proteção. Se antes os reis e poderosos constituíam suas reservas de caça e lazer para suas famílias, hoje os governos procuram proteger seus remanescentes florestais da própria ação do homem e de seu desenvolvimento. Antes o mundo ainda possuía extensões enormes de terras a serem exploradas e descobertas, hoje já se sabe que os recursos de tais 'terras' e, indispensáveis a sobrevivência humana estão se esgotando e necessitam de medidas para que sejam protegidos de um fim próximo.

Para tal, os governos dos países centrais começaram a implantar iniciativas de proteção de territórios, a princípio aqueles com relevante beleza cênica destinados ao lazer da população. Mas com o passar dos anos e com a evolução da sociedade capitalista, notou-se a necessidade de institucionalizar diferentes categorias de proteção da natureza, proteção essa baseada inicialmente nas ideias preservacionistas em questão no início do século XX.

O contexto da implantação das Unidades de Conservação no Brasil é extenso, conflituoso e, principalmente, controverso. Desde a implantação da primeira Unidade brasileira na década de 1930, o cenário da preservação/conservação brasileira mudou muito e evoluiu, mas isso não quer dizer que as políticas públicas nesse sentido também tenham acompanhado tal progresso. Importou-se o modelo de preservação criado nos países do Norte, mas esse não era adequado ao contexto e realidade brasileira, onde inúmeros grupos sociais vivem exclusivamente, de forma tradicional, da terra em biomas que sofrem com a pressão das sociedades urbanas.

A partir desse contexto começaram a surgir conflitos relacionados à implantação das UCs em áreas já apropriadas, conflitos esses de diferentes tamanhos e com ideologias e necessidades diferentes para sua resolução, mas todos com um único cerne: a permanência ou não de grupos humanos dentro das Unidades de Conservação e a integração de tais grupos à área.

São inúmeras as questões que envolvem este debate, mas todos precisam envolver o diálogo entre os atores envolvidos com o objetivo de sanar as disparidades sem deixar a conservação da natureza de lado. Integrar a população do entorno das áreas e buscar saídas justas são a chave da questão. Fazer a comunidade do entorno parte dos objetivos vindos do

governo para a conservação dos biomas brasileiros é uma estratégia que deve ser levada a cabo para a sustentabilidade da gestão de tais áreas.

Neste contexto, o presente trabalho busca fazer uma análise da relação existente entre Unidades de Conservação e sua população do entorno, tomando como estudo de caso a implantação da Estação de Pesquisa, Treinamento e Educação Ambiental Mata do Paraíso, em Viçosa-MG, sob a ótica do projeto de extensão “Escola na Mata”, desenvolvido com o objetivo de aproximar a comunidade desta área federal implantada dentro de um território rural já estabelecido há décadas.

2 Revisão Bibliográfica

2.1 Território e áreas protegidas

O território é um dos conceitos geográficos mais aplicados atualmente e adotado por diversas disciplinas, devido às suas ‘facetas’ e abrangência, num mundo onde, hoje, existem diferentes tipos de territórios que se sobrepõem nas lógicas do tempo, do espaço e da informação, não respeitando os limites físicos demarcados pelo Estado ou grupos de poder.

Este conceito esteve desde os primórdios da humanidade, ligado diretamente às relações de poder, onde o indivíduo ou grupo mais forte detinha o domínio de determinada área de interesse, fosse este um rio, uma caverna ou qualquer outro atributo da paisagem capaz de conferir algum tipo de vantagem ao seu ‘detentor’. Com o passar dos séculos, os territórios passaram a ser demarcados politicamente sem perder sua dimensão de poder, muito pelo contrário, esta só vinha aumentando, como exemplo o caso do Império Romano e suas conquistas. Hannah Arent (*apud* SOUZA, 1995, p. 78) o território nada mais é do que:

Um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, que não é, na realidade, quais são as características geológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda, quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo e mantê-lo [...] mas o verdadeiro *Leitmotiv* é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço?

Até o século XX ainda pode-se testemunhar a luta por territórios através da imposição de poder, mas agora com um novo elemento: a ideologia, pois foi através dela que o III Reich se sustentou sob a mão de Adolf Hitler para a conquista de países ao redor da Alemanha

nazista. E foi após a II Guerra Mundial que as reais dimensões do conceito ‘território’ começaram a se evidenciar através da evolução nos meios de transportes, nas telecomunicações, nos fluxos de capital e de empresas transnacionais por todo mundo, deixando claro que barreiras físicas e imaginárias para demarcar o território de nações não seriam mais suficientes para conter os avanços da modernidade e de seu estágio seguinte.

Dentro desta dinâmica, começaram a surgir diferentes interpretações para este conceito, a fim de enquadrar diversos temas em análises territoriais mais aprofundadas. Araújo (2008) e Vallejo (2002) fazem algumas classificações em seus trabalhos, mas em compartimentações diferentes, porém complementares.

Vallejo (2002) divide as concepções sobre o território em duas correntes principais: a biológica e as sociais. A concepção biológica está ligada às necessidades de sobrevivência dos indivíduos dentro de seu *habitat* e a necessidade de se proteger essa área para a garantia do bem estar de um determinado grupo. Já as concepções sociais trazem consigo a demarcação de um espaço para que esse se territorialize, sendo possível a existência de um poder dentro do mesmo que utilize os recursos naturais dentro de uma concepção materialista do território. Além dessas, o autor também cita a dimensão idealista criadora de símbolos, apegos, imaginário e tradições sobre determinado espaço.

Complementarmente, Araújo (2008) especifica em seu trabalho quatro abordagens para o conceito de território, são compartimentações mais segmentadas que fazem uso de uma escala menor para descrição, estando inseridas nas duas categorias citadas anteriormente, são elas: a naturalista, a econômica, a jurídico-política e a idealista.

A concepção naturalista do território é a qual está inserido o homem e o território. É visto como um espaço limitado pertencente ao ser humano e submetido ao seu domínio, é desta concepção que se origina a territorialidade humana, podendo ser comparada ao instinto animal de demarcação de seus territórios. A concepção econômica tem fundo materialista e está fundamentada na apropriação dos recursos que determinado território tem a oferecer para a sociedade instalada sobre ele. Já a concepção jurídico-política está diretamente relacionada ao Estado e sua soberania, pois é através do território demarcado que o poder e o controle pode-se fazer valer. Por último, a concepção idealista carrega consigo os sentimentos de valores, significados e pertencimento ao local – território – sob o qual uma sociedade está instalada, sendo características indispensáveis a constituição de nações.

No contexto das Unidades de Conservação, o conceito de território se faz indispensável pois áreas agregarem todas as concepções (naturalista, econômica, jurídico-política e idealista) citadas acima, formando um mosaico que se sobrepõe e capaz de desmistificar as relações conflituosas que tem rondado tais territórios protegidos no país.

As UCs no Brasil e no mundo são territórios demarcados que ficam sob a jurisdição de um órgão responsável, podendo ser ele federal, estadual ou municipal. Na maior parte dos casos brasileiros, as Unidades são estabelecidas em locais já apropriados por populações tradicionais ou grupos sociais que tiram seu sustento, integral ou parcialmente, da terra, havendo a partir daí uma sobreposição de territórios. Acabam sendo demarcados territórios – na concepção jurídico-política – sob bases territoriais já existentes sob as óticas biológicas, materialista (mas não consumistas, e sim para subsistência) e, principalmente, idealistas.

E é a partir desta sobreposição que surgem os conflitos entre grupos de interesses: de um lado o Estado fazendo seu papel na preservação do meio ambiente demarcando áreas para proteção dos recursos naturais e de outro, as populações que vivem naquele local tirando seu sustento da terra de forma sustentável e de baixo impacto para o meio. Esse impasse seria de fácil resolução, não fosse o modelo rígido adotado pelo Brasil onde algumas categorias de áreas protegidas não permitem a permanência de comunidades em seu interior, excluindo-as de seu território idealizado.

Por outro lado, Pereira e Scardua (2008, p. 93) nos falam que “o direito à propriedade, também assegurado constitucionalmente, não deve suprimir outros direitos, no caso, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”, leia-se, preservado. Dessa forma, mesmo que pessoas tenham o direito de posse de determinada área, elas podem ser desapropriadas pelo ‘bem maior da preservação’.

O indicado e mais ajustado para o caso brasileiro seria que Unidades de Conservação fossem implantadas após um rigoroso estudo de caso e não no modelo hierarquizador que é adotado atualmente. Se houvesse participação dos diversos atores envolvidos na criação de uma UCs, a maior parte dos conflitos por terra, trabalho e renda dentro e ao redor das áreas protegidas seriam resolvidos. Recomenda-se aos responsáveis pelo manejo e gestão das áreas protegidas que trabalhem, busquem conhecer e investiguem as potencialidades e habilidades das comunidades tradicionais, grupos sociais e comunidades afetadas pelas medidas conservacionistas do governo, para que sejam minimizados conflitos oriundos da variedade de interesses e ideologias (VALLEJO, 2002).

Neste contexto, o projeto Escola na Mata procura se inserir, através de um conhecimento da população historicamente instalada, das suas relações com a Mata e todo o ambiente que a cerca, através das ‘aulas’ de educação ambiental na escola. Tal iniciativa advinda dos estudantes universitários demonstra preocupação com a integração da comunidade à Mata – vista com propriedade única e exclusiva da Universidade. Esta situação é necessária, para que os processos de intervenção necessários à preservação/conservação da Mata sejam inseridos procurando causar o mínimo de impacto possível para a comunidade e também no intuito de trazer o saber do campo, ainda tido como inválido ou não reconhecido, para o ambiente institucional escolar.

Desenvolver nas crianças a ideia de que a Mata - tão próxima e ao mesmo tempo tão distante – é de extrema importância para o bem estar de suas famílias e da sociedade, assim como fazer com que eles se sintam parte daquele lugar, uma vez que realmente o são, é de indispensável importância para a comunidade que vive ao redor da EPTEA Mata do Paraíso.

2.2 As unidades de conservação no Brasil e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação

O Brasil, por ser um país com vasta área territorial carregada de belezas cênicas e patrimônios naturais, sempre teve demanda pela proteção de suas riquezas naturais, ainda mais por se tratar de uma nação de histórico extrativista. Mas as ações políticas destinadas a essas necessidades só surgiram na década de 1930, com a explosão de uma onda preservacionista no mundo todo. Essa tomada de “consciência” por parte do governo brasileiro se tornou sólida com a instituição da primeira área protegida brasileira, o Parque Nacional do Itatiaia, localizado no estado do Rio de Janeiro. Seu estabelecimento seguiu o modelo do já consolidado Parque de Yellowstone, sem levar em consideração as especificidades brasileiras e principalmente locais. Seriam necessárias mais algumas décadas de debates e discussões acerca do assunto para que notassem a necessidade de se levar em conta a presença de populações tradicionais, os locais de implantação e as atividades econômicas das regiões ao redor das áreas protegidas.

É do conhecimento de todos que a importação de modelos de organização, adotados em países desenvolvidos com sucesso, por países subdesenvolvidos tem grandes chances de não atingirem êxito, colocando em risco as populações afetadas por eles. Foi o ocorrido no Brasil, com a implantação do modelo norte-americano de unidades de conservação. Lá os parques onde não eram permitidas atividades extrativistas e a permanência de populações deu

certo devido à configuração da região onde o primeiro parque foi implantado. Aqui, temos comunidades indígenas, quilombolas e extrativistas que vivem há séculos de forma harmoniosa com a natureza, mas que tiveram esse direito interrompido com a implantação de modelos rígidos preservacionistas, nada condizentes com a realidade Brasil (VALLEJO, 2002). Segundo Diegues (2001, p.23):

É fundamental enfatizar que a transposição do "modelo Yellowstone" de parques sem moradores vindos de países industrializados e de clima temperado para países do Terceiro Mundo, cujas florestas remanescentes foram e continuam sendo, em grande parte, habitadas por populações tradicionais, está na base não só de conflitos insuperáveis, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas. Essa inadequação, aliada a outros fatores como: graves conflitos fundiários em muitos países; noção inadequada de fiscalização; corporativismo dos administradores; expansão urbana; profunda crise econômica e a dívida externa de muitos países subdesenvolvidos estão na base do que se define como a "crise da conservação".

Segundo Campos e Castro (2009), até o início da década de 1960 foram criados 15 parques nacionais, todos levando mais em consideração a beleza cênica para o incentivo ao turismo, alguns deles foram: o Parque Nacional de Ubajara-CE (1959); o do Caparaó-MG (1961); de Paulo Afonso-BA (1948) e o da Serra dos Órgãos-RJ (1939).

Muitas das áreas protegidas no país foram implantadas em territórios já apropriados, sem qualquer estudo ou consulta às pessoas que ali habitavam e dali retiravam seu sustento, foi um modelo hierarquizador sob a justificativa da preservação dos recursos, mas que não levou em conta o meio social diretamente ligado àquela realidade. Mas foi a partir da década de 1970 que houve uma explosão na implantação das unidades de conservação no país, durante o contexto da ditadura militar que, por sua vez, se fez presente na maneira autoritária de criar, implantar e administrar tais áreas (ARAÚJO, 2008).

Foi também durante a ditadura que o governo militar se deu conta da pressão que estava exercendo sob a natureza por conta dos seus grandes empreendimentos expansionistas, intensificando mais ainda o processo de implantação das áreas protegidas como uma medida compensatória mas que, a longo prazo, viria a ser extremamente prejudicial para o modelo conservacionista que surgiria posteriormente.

Com a instituição do Código Florestal (Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965) inserido na corrente preservacionista que rondava a época, a proteção à natureza foi mais institucionalizada deixando claras as responsabilidades dos estados e da União diante da questão ambiental. Até 1989 já haviam sido criadas 58 unidades de conservação no Brasil,

todas sob a égide de um governo autoritário caracterizado pela pouca, ou quase nula aproximação das políticas públicas com o saber gerado pelas Universidades, fato esse facilmente identificado pela ineficácia das políticas florestais até os dias atuais (AB’SABER, 1986).

Com as mudanças políticas pelas quais o Brasil passou a partir do final da década de 1980 e com as iminentes mudanças nos modelos econômicos, sociais e ambientais do país, foi ficando cada vez mais evidente a necessidade de uma reformulação na política ambiental de preservação brasileira. Já haviam sido decretadas a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) e o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), através da Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, e dando continuidade a ela veio a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o SNUC.

Nele são entendidas Unidades de Conservação o:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Lei nº9.985, art. 2º, I)

Essa lei veio pra tratar única e exclusivamente dos territórios pertencentes às unidades de conservação, assim como de seus recursos, utilidades, usos e designações. Nele, as unidades são divididas em dois grandes grupos: as de proteção integral e as de uso sustentável, demonstrando uma inicial reformulação e adequação dos modelos de preservação e conservação às especificidades brasileiras. A tabela 1 demonstra as categorias que o SNUC criou.

Tabela 1 - Classes de Unidades de Conservação, segundo o SNUC

Proteção integral	Uso sustentável
Estação ecológica (E.E.)	Área de proteção ambiental (APA)
Reserva biológica (REBIO)	Área de relevante interesse ecológico (ARIE)
Parque nacional (PARNA)	Floresta nacional (FLONA)
Monumento natural (M.N)	Reserva extrativista (RESEX)
Refúgio da vida silvestre (REF.V.S.)	Reserva de fauna
	Reserva de desenvolvimento sustentável
	Reserva particular do patrimônio natural (RPPN)

Fonte: Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000.

As unidades de proteção integral tem como principal objetivo preservar a natureza, não permitindo atividades extrativistas ou de manejo direto para retirada de recursos, sendo a permanência de pessoas sujeitas a restrições como descrito nos artigos de nº 8 a 13 da mesma Lei. Já as unidades de uso sustentável são mais flexíveis quanto a atividades de baixo impacto ambiental e a permanência de pessoas, tendo suas condições descritas nos artigos de nº 14 a 21 da referida Lei. Independentemente da categoria na qual estão enquadradas, as UCs representam um enorme avanço nas políticas públicas referentes ao meio ambiente, ainda mais no Brasil, onde os movimentos ambientalistas começaram muito tempo depois de seu auge nos países nórdicos. A tabela Z traz informações atualizadas sobre as unidades brasileiras conforme suas categorias:

Tabela 2 - Unidades de Conservação no Brasil e suas representatividades

Classe de uso	Principais tipos de uso	Categoria de manejo	Representatividade da categoria (%)	% no território nacional
Classe 1- pesquisa científica e educação ambiental	Desenvolvimento de pesquisa científica e educação ambiental	REBIO, ESEC	11,7	1,95
Classe 2- Pesquisa científica, educação ambiental e visitação	Turismo em contato com a natureza	Parque, RPPN	24,7	4,09
Classe 3- Produção florestal, pesquisa científica e visitação	Produção florestal	FN, FE	19,3	3,21
Classe 4- Extrativismo, Pesquisa científica e visitação	Extrativismo por populações tradicionais	RESEX	9,0	1,50
Classe 5- Agricultura de baixo impacto, pesquisa científica, visitação, produção florestal e extrativismo	Áreas públicas e privadas onde a produção agrícola e pecuária é compatibilizada com os objetivos da UC	RDS, RVS, MN	8,1	1,34
Classe 6- Agropecuária, atividade industrial, núcleo populacional urbano e rural	Terras públicas e particulares com possibilidade de usos variados visando a um ordenamento territorial sustentável	APA, ARIE	27,2	4,50

Fonte: O SNUC, Ministério do Meio Ambiente, 2011.

Rebio= reserva biológica; RPPN= reserva do patrimônio particular natural; FN= floresta nacional; FE= floresta estadual; Resex= reserva extrativista; RDS= reserva de desenvolvimento sustentável; RVS= refúgio da vida silvestre; MN= monumento natural; APA= área de proteção ambiental; ARIE= área de relevante interesse ecológico.

O texto da Lei traz em seu início um glossário para que não existam dúvidas a respeito de termos utilizados ao longo do documento e que poderiam dar margem para duplas

interpretações, tais como: manejo, extrativismo, uso sustentável e preservação. Também deixa claro os objetivos do SNUC (Art. 4) , alguns deles são:

- A proteção das espécies animais e vegetais em risco de extinção;
- A promoção do desenvolvimento sustentável baseado na conservação;
- A proteção das paisagens e belezas cênicas
- Incentivar a pesquisa, as descobertas e o conhecimento científico.

A gestão do SNUC, bem como sua aplicação e fiscalização ficaram a cargo dos seguintes órgãos: CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente), devendo garantir sua implementação; Ministério do Meio Ambiente com a coordenação central; O IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) e, atualmente por não existir na época da promulgação da Lei, o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). Também devem garantir o cumprimento do estabelecido no SNUC os devidos órgãos estaduais e municipais responsáveis pela conservação da natureza e gerenciamento dos recursos naturais tais como secretarias de meio ambiente e institutos.

2.3 Consequências do modelo adotado no Brasil

O modelo preservacionista adotado nas décadas iniciais do século passado deixou marcas profundas no padrão adotado nos dias de hoje para áreas protegidas além de ter se refletido nas políticas públicas formuladas para essa questão antes da implantação do SNUC.

Dentre as principais consequências, a que se destaca pela sua perversidade é a exclusão das populações tradicionais residentes nas áreas de implantação das unidades de conservação. Essa exclusão não tem caráter apenas territorial, mas também social, econômico e político – se considerarmos a não participação das mesmas nas tomadas de decisão. E não só as chamadas ‘populações tradicionais’ é que são excluídas, moradores da zona rural e que de algum forma mantém relações com o espaço das futuras ou presentes UCs. Diegues(*apud* DIEGUES, 1992, p.142) nos fala que populações tradicionais:

Estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis.

A exclusão política é a primeira a atingir aqueles que se relacionam direta ou indiretamente com as unidades, isso porque os órgãos responsáveis pela gestão e implantação dessas áreas tomam decisões sem prévias consultas ou estudos sobre o local, colocando o governo contra os moradores locais. Corriqueiramente, essas decisões são tomadas seguindo jogos de interesses, às portas fechadas ou em eventos internacionais, politizando o debate sobre suas implantações motivos e necessidades. Essas determinações mobilizam diversas esferas de poder ao mesmo tempo em que excluem os principais atingidos pelas decisões que deveriam ter maior peso nas políticas citadas: os moradores e vizinhos (FERREIRA, 2004).

O processo de exclusão social e econômica está diretamente relacionado, uma vez que a partir da implantação das áreas, muitos grupos são obrigados a deixarem seu local de origem, sem que necessariamente sejam alocados em áreas com a mesma infraestrutura anterior ou que ofereçam os mesmos recursos os quais eram utilizados no espaço anterior, tais como: terras férteis, recursos hídricos para atividade pesqueira e recursos vegetais para atividades extrativistas como a coleta de castanhas e/ou materiais responsáveis pela renda de famílias ou parte dela. Nessa dinâmica, raramente é levado em consideração o apego histórico a terra, o valor simbólico atribuído a esses espaços, por tais famílias que, muitas vezes, estão na mesma região há mais de séculos, como no caso dos quilombolas e indígenas.

Por fim, aparece a exclusão territorial consolidando-se a partir da implantação de Unidades de Conservação de proteção integral, onde não é permitida a presença humana em seu interior. Essa acaba se caracterizando como um processo de *desterritorialização* uma vez que exclui inúmeras comunidades de seus espaços construídos e vivenciados ao longo de anos. Nesse último processo é como se houvesse uma sobreposição de territórios, um sendo demarcado – muitas vezes fisicamente – sobre um que já existe e é demarcado, em sua maioria, cultural, social e imaginariamente.

E é exatamente essa *desterritorialização* que leva a conflitos no entorno e dentro das unidades de conservação e áreas protegidas, como as reservas indígenas. Conflitos esses, em geral, que colocaram os agentes e as atividades desenvolvidas por eles intra-unidades em confronto direto com os moradores. Acontece que tais conflitos podem acontecer por falta de informação daqueles que ali habitam, pela ação de órgãos repressores que, apesar de cumprir a lei muitas vezes não usam de tolerância, divergência de ideias nas agências centrais de gerenciamento e principalmente: não enquadramento dos moradores ao novo regime imposto, principalmente no caso das unidades de proteção integral (FERREIRA, 2004).

Como a lei que regulamenta a implantação do SNUC é, relativamente, recente, nosso país tem extensas áreas e muitas das UCs foram estabelecidas antes de um debate próprio sobre o assunto, como os que ocorreram na década de 1990, Vallejo (2002, p. 67) afirma ser necessária uma reafirmação dos

direitos das sociedades tradicionais e sua determinação social, econômica, cultural e espiritual. É recomendado aos responsáveis pelo planejamento e manejo das áreas protegidas que investiguem e utilizem as habilidades tradicionais das comunidades afetadas pelas medidas conservacionistas e que as decisões de manejo ocorram de forma conjunta, considerando a variedade de circunstâncias locais.

As decisões de se preservar a natureza, para que sejam garantidos recursos futuros ou com o intuito de proteger espécies da fauna e flora assim como a beleza cênica de certas áreas é louvável, digna e necessária. Toda essa proteção se faz imprescindível por conta da mão do homem e seu modelo econômico, que a cada dia mais avança sobre a natureza de forma monstruosa, acontece que quem acaba pagando os custos dessa preservação são aqueles que mais a respeitam e que vivem dela diretamente de modo harmonioso.

Nos dias de hoje, perante a adoção, por grande parte de estudiosos, de correntes conservacionistas, não existem maiores justificativas para a exclusão do homem da natureza ou para que o mesmo seja responsabilizado sozinho pela sua destruição, isso quando ele já é um homem da terra, acostumado a vivenciar os ritmos da natureza, submisso a ela e às suas leis. Ferreira (2004, p.50) nos fala que

As políticas de conservação devem orientar-se no sentido de fortalecer o conhecimento local na elaboração de planos de manejo, propiciando condições sociais e econômicas para a reprodução desses grupos através de investimentos importantes. [...] a melhor estratégia para a conservação da biodiversidade é investir no local empowerment, ou em outros termos, a diversidade biológica é responsabilidade das culturas tradicionais.

A implantação das UCs sem que haja um estudo prévio sobre a área também é um desafio a ser superado (§2º, Art. 22 da lei do SNUC), isso porque a partir do momento da implantação de um parque, reserva ou de qualquer outra categoria, todos eles passam a ser regidos pelo SNUC, onde estão previstos objetivos, designações, usos permitidos e recursos a serem explorados e/ou preservados. Esse ‘enquadramento’ pode ser extremamente benéfico para a real proteção das áreas ou vir a engessar todo tipo de atividade antes desenvolvida na região. Nesse caso, até agentes do próprio governo reconhecem erros, mas a burocracia do sistema que envolve tais áreas é tão grande que acabam acontecendo contravenções aos olhos

da lei, mas que dificilmente são punidas ou sofrem alguma repressão, muito por falta de recurso humano como policiais e agentes.

Mas existe um principal ponto positivo na implantação do sistema de unidades de conservação: o aumento das áreas de relevante interesse ecológico no território nacional, sob a jurisdição direta dos governos federais e estaduais. Essa lei também foi uma forma de garantir que os devidos atores designariam recursos financeiros e humanos para a manutenção e desenvolvimento de tais áreas, incentivando a conscientização ambiental, a ciência, o turismo ecológico e a preservação de espécies. Prova disso é o aumento de hectares protegidos de Floresta Amazônica e de Mata Atlântica, mesmo ainda sendo grandes as áreas desmatadas anualmente. O gráfico seguinte demonstra a evolução no número de Unidades e na área de abrangência das mesmas desde 2000:

Gráfico 1 – Evolução das UCs desde a implantação do SNUC



Fonte: O SNUC, Ministério do Meio Ambiente, 2011.

Uma gestão participativa composta por moradores locais, ONGs e sociedade civil é capaz de tornar qualquer UC um espaço muito bem aproveitado para os fins a que ela se propõe, independente do tipo de uso no qual ela se enquadre. Quando diversos atores estão envolvidos num processo de gestão, a eficácia de seu funcionamento é muito maior e a fiscalização deixa de ser um encargo mal executado pelo governo e passa a estar nas mãos dos que realmente tem interesse em tal espaço.

Percebe-se que um maior envolvimento da comunidade que vive ao redor da Mata do Paraíso com a EPTEA seria de grande valia para preservação da área, beneficiando a população local, viçosense além de contribuir para a sustentabilidade do local. Mostrar para as

crianças e familiares que a Mata precisa ser preservada e a importância para suas vidas é uma tendência que deve afirmada e consolidada gradativamente, como já vem sendo através do projeto “Escola na Mata”. Os relatórios analisados mais a frente neste trabalho demonstram claramente o abismo existente entre a EPTEA e sua população do entorno, por outro lado, comprovam a eficácia do projeto que vem sendo desenvolvido além de deixar clara a necessidade de mais medidas com objetivos parecidos com os do projeto.

3Material e Método

Esta pesquisa foi realizada em quatro momentos ao longo de um semestre, envolvendo diferentes atores e materiais. O primeiro foi a delimitação do problema de pesquisa e levantamento das hipóteses necessárias a ela; o segundo foi a revisão bibliográfica a cerca de diferentes assuntos que envolvem o tema proposto. O terceiro momento foi o da aplicação de questionários nos alunos do ensino fundamental I da escola municipal Almiro Paraíso; o último momento foi o de análise e retirada de conclusões dos questionários.

A delimitação do problema de pesquisa assim como o levantamento de hipóteses surgiu ao longo deste ano e do ano passado (2010) durante o período de estágio no Grupo de Educação e Interpretação Ambiental da Mata do Paraíso (GEIA-Mata), vinculado ao departamento de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Viçosa. Vivenciando a dinâmica das áreas protegidas e buscando maiores informações sobre o assunto, pude perceber uma questão muito comum no cotidiano das pessoas que são vizinhas de áreas protegidas: a falta de contato e acesso com a área após a implantação do sistema de proteção; a exclusão dos processos de decisão tanto dos que dizem respeito à implantação quanto à gestão; quebra da rotina diária das famílias vizinhas, muitas vezes impedidas de tirarem sua subsistência do local. Diante de tais inquietações e constatações, questões foram surgindo a respeito da relação existente entre a Mata do Paraíso e a população do seu entorno, dando margem para uma pesquisa a fim de investigar o caráter de tal relação através do projeto de extensão “Escola na Mata”, criado a com a finalidade de “possibilitar, por meio de práticas educativas, a integração Mata-Escola-Comunidade, estimulando os envolvidos a perceberem e refletirem sobre a realidade em que estão inseridos, levando à melhoria da qualidade de vida das famílias envolvidas e à conservação da Mata do Paraíso” (COSTA; GUEDES; GONÇALVES, 2008).

A partir de tal delimitação, foi feito um levantamento de materiais sobre diversos assuntos que englobam o tema escolhido, tais como: educação ambiental, unidades de conservação no Brasil e no mundo, território, escolas rurais, comunidades e entorno e as leis que regem as áreas protegidas no país. Essa pesquisa foi feita na biblioteca central da Universidade Federal de Viçosa, pela internet em sites que reúnem periódicos nacionais e internacionais, como o Scielo e nos portais dos ministérios do meio ambiente e IBAMA, além dos materiais pessoais tanto meus quanto de colegas de estágio e professores.

A aplicação dos questionários aconteceu em duas etapas: a primeira foi a elaboração e aplicação do questionário de teste (pré-teste), a segunda foi a aplicação do questionário final, modificado a partir do primeiro elaborado. Durante e após a aplicação do primeiro questionário na turma da manhã (3º e 4º anos), ficou claro que algumas questões foram mal interpretadas e outras os alunos realmente não tinham condições de responderem com certeza, dificultando assim a retirada de conclusões confiáveis. Pelas mesmas razões, também ficou evidente que a grande maioria das crianças do período da tarde (classe de alfabetização – 1º ano – 2º e 3º anos) não conseguiria responder ao questionário por conta do nível de alfabetização das mesmas. Nesta primeira etapa foram aplicados 26 questionários na turma da manhã, sendo este o número total de alunos presentes no dia (3 faltas). Diante de tais circunstâncias foi elaborado um novo questionário para a turma da manhã, mais adequado e com modificações e aos alunos da tarde foi pedido que fizessem um desenho que representasse o que eles acham do projeto “Escola na Mata” e da Mata do Paraíso. Foram aplicados na segunda etapa 27 questionários e foram confeccionados 34 desenhos.

De posse de tais informações foi possível retirar as discussões contidas nas considerações do presente trabalho. As interpretações feitas a partir dos desenhos são uma generalização de uma visão geral sentida e interpretada por mim e pelo bolsista do projeto “Escola na Mata” Tuwile Jorge Kim Braga e que refletem o sentimento que as crianças têm com relação às ‘aulas’ dadas pelo projeto e a utilização da Mata. Já as interpretações dos questionários são mais precisas por serem passíveis de quantificação e de identificação exata como no caso dos bairros onde os alunos residem. A partir das informações colhidas e interpretadas são feitas algumas propostas gerais a fim de minimizar os problemas identificados com a pesquisa e que, com certeza, não são exclusividade desta UC.

4 Caracterização da área de estudo

4.1 Meio Físico

Viçosa é uma cidade mineira localizada na região denominada “Zona da Mata”, entre as Serras da Mantiqueira e do Caparaó. Suas coordenadas geográficas são o paralelo 20°45’14” e meridiano 42°54’52”, latitude sul e longitude a oeste de Greenwich. Seus limites fazem divisa com as cidades de Porto Firme à oeste, Cajuri e São Miguel do Anta à leste; ao norte: Teixeira e Guaraciaba e ao sul com Paula Cândido e Coimbra (PREFEITURA MUNICIPAL, 2011). A figura 1 traz o mapa de localização do município e a região na qual está inserido:

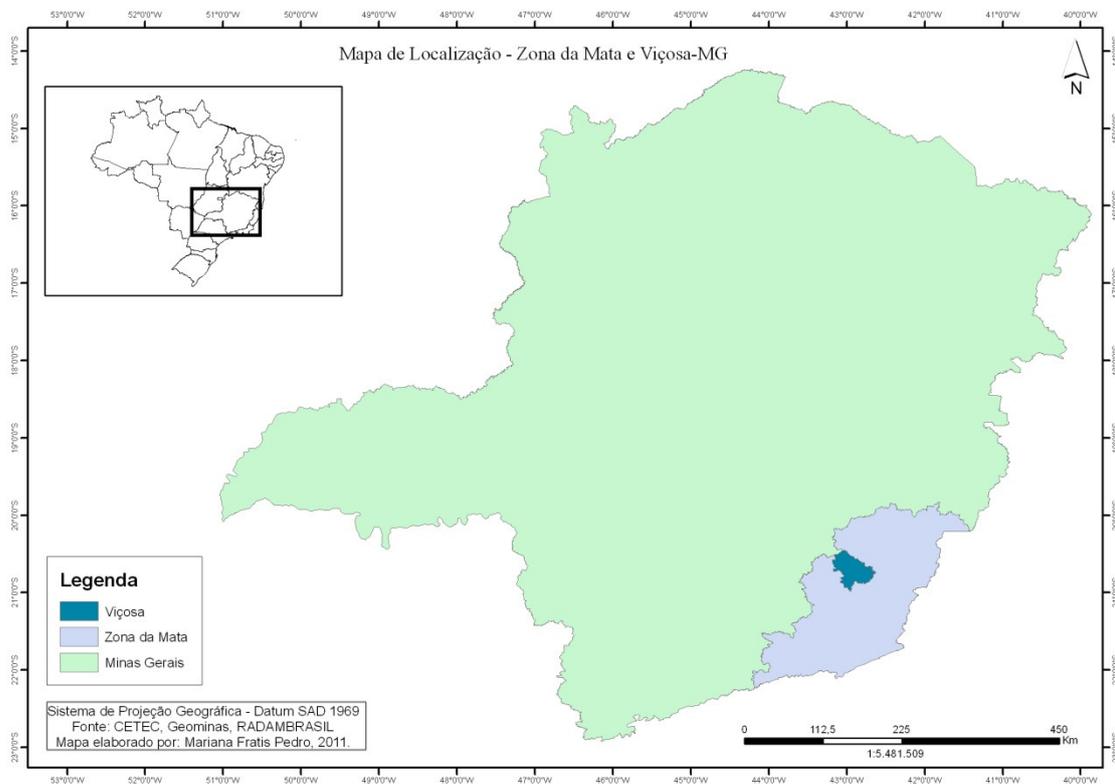


Figura 1 – Mapa de localização de Viçosa, 2011.

Seu relevo é caracterizado como de “Mares de Morro” por conta da acentuação do relevo montanhoso, fazendo analogia às ondas do mar, apresentando formatos côncavo-convexo, estando à 649 metros acima do nível do mar. O tipo de rocha predominante são as gnáissicas do período Pré-Cambriano. Dentro de seus limites está localizada, inteiramente, a microbacia do Ribeirão São Bartolomeu, responsável pelo quase total abastecimento de água da cidade, com nascente na região da Mata do Paraíso e foz no Rio turvo Sujo, localizado no bairro conhecido como Barrinha (FERNANDES; FONTES; RODRIGUES, 2006)

O clima da cidade é o tropical de altitude com verão chuvoso e temperaturas amenas. O clima influencia a vegetação, pertencente ao bioma Mata Atlântica, sendo classificada como Floresta Estacional Semidecidual por parte das árvores que compõe sua paisagem perderem suas folhas durante a estação seca. Hoje em dia, a maior parte da cobertura vegetal do município encontra-se degradada por conta do uso do solo com pastagens e cultivos de época, como o milho e o feijão, mas ainda existem alguns fragmentos com espécies de grande porte e em estágio avançado de regeneração.

4.2 Histórico e meio socioeconômico

Segundo Paniago (1983), Viçosa tem sua origem e desenvolvimento diretamente ligados ao auge e decadência do ouro e pedras preciosas em Minas Gerais. Inicialmente, ela e suas cidades vizinhas eram responsáveis pelo abastecimento com gêneros alimentícios e de providência, de tais regiões uma vez que era muito caro e demorado o processo de chegada de mercadorias de lugares como São Paulo e Rio de Janeiro. Sendo assim, as lavouras locais cultivavam milho, feijão, arroz e mandioca, além de carne seca oriunda da pecuária extensiva e em pequena escala.

Com a decadência das atividades de mineração, essa dinâmica de abastecimento se enfraqueceu deixando muitos sítios ociosos em suas lavouras, obrigando-os a buscar novas saídas para o sustento de suas famílias. Por esses motivos e impulsionados pela chegada da Estrada de Ferro Leopoldina, quase todos os agricultores da região passaram a plantar café em suas propriedades, pois era a cultura mais lucrativa do momento. Esse ciclo durou até a década de 1930 quando, em todo o país, o Governo pagava para que os agricultores arrancassem os pés de café por conta da crise no mercado. Paniago (1983, p. 57) afirma:

Foi procurando ouro que os primeiros bandeirantes pisaram o solo viçosense e o seu povoamento se deve ao esgotamento das minas. Viçosa iria se firmar, contudo, como região agrícola, o seu desenvolvimento estaria sempre, direta ou indiretamente, ligado à agricultura.

O histórico de Viçosa até meados da década de 1940, desde a sua origem, nos permite considerá-la, até então, como uma cidade essencialmente agrícola, voltada basicamente para a subsistência. Tais traços são evidentes na paisagem rural do município e adjacências se observarmos a ausência de grandes áreas preservadas de natureza ou intocadas. O passado agrícola impulsionou a economia, mas devastou as matas locais, extinguindo nascentes e degradando seriamente importantes áreas como as matas ciliares e os topos de

morro. Os solos rapidamente ficaram empobrecidos por conta do empirismo dos trabalhadores do campo que, sem alternativa, derrubavam cada vez mais glebas e glebas de florestas que, hoje, deveriam estar em pé sob proteção.

O centro urbano viçosense já estava se formando no início do século XX ao redor da capela de Santa Rita e dela saíam as ruas existentes até os dias atuais: Arthur Bernardes, Senador Vaz de Melo, Virgílio Val e Benjamin Araújo. Rapidamente a cidade foi se expandindo em diversas direções, sendo sucessoras a avenidas Santa Rita e a rua Gomes Barbosa, abrigando pequenos estabelecimentos comerciais e casas de famílias tradicionais como a do Presidente da República (15 de novembro de 1922 a 15 de novembro de 1926) Arthur da Silva Bernardes (BRASIL, 2011). As figuras 2 e 3 ilustram a cidade durante este momento:



Figura 2 – Vista parcial da praça da matriz em 1916
Fonte: DPI/UFV



Figura 3 – Avenida Santa Rita em 1950
Fonte: DPI/UFV

A cidade passou a experimentar o progresso oriundo de investimentos públicos a partir da implantação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) em 28 de agosto de 1926. A partir de então, Viçosa passou a ser alvo de investimentos e da aplicação dos conhecimentos adquiridos na recente Escola, além de estar recebendo constante e gradativamente números maiores de pessoas vindas de várias partes do país e do exterior para desempenharem atividades ligadas, direta e indiretamente a Escola.

Esse quadro de intercâmbio só aumentou de 1929 até os dias de hoje; em 1948 a ESAV passou a ser a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais e, finalmente em 1969 se transformou na Fundação Universidade Federal de Viçosa. Com tais mudanças, a cidade antes essencialmente agrícola de população pobre, mestiça de índios e escravos (Puris e Bantus,

respectivamente), passou a colher os louros do aumento do poder aquisitivo da “nova” população agora instalada no município que trazia consigo novas tradições, sotaques, crenças e estilos de vida. Hoje se pode dizer que Viçosa é uma cidade cosmopolita com reflexos desta característica na arquitetura do *campus* universitário, na alimentação de determinados grupos, nos idiomas falados e pelo intercâmbio cultural desde a fundação da ESAV. Sua população, segundo o Censo 2010, é de 72220 habitantes não contabilizando a população flutuante que, se somada, chega a cerca de 90 mil habitantes, segundo o IBGE. As figuras 4 e 5 são atuais de Viçosa e nos permitem uma comparação paisagística, possibilitando a uma comparação de menos de 100 anos:



Figura 4 – Vista parcial de Viçosa **Figura 5** – Avenida Santa Rita

Fonte: DPI/UFV

Foto: Ana Carolina F. Torres, 2011

5A Estação de Pesquisa, Treinamento e Educação Ambiental Mata do Paraíso (EPTEA): histórico e implantação

A Mata do Paraíso está localizada a aproximadamente, seis quilômetros de Viçosa no bairro de mesmo nome, Paraíso, uma homenagem ao antigo dono daquela localidade, o senhor Almiro Paraíso. Sua área é de 200 hectares totalmente pertencentes à Universidade Federal de Viçosa desde 1996.

Até meados de década de 1940, a área onde hoje é a Mata era uma fazenda com plantação de café, pecuária extensiva e extração de brita e madeira, atividades essas que devastaram a vegetação local e impactou muito o solo. Após esse período, a prefeitura municipal de Viçosa adquiriu a área e passou a mantê-la para a produção de água para

abastecimento da cidade, uma vez que a nascente do ribeirão São Bartolomeu e de alguns de seus afluentes é naquela localidade. A partir de então cessaram-se as atividades extrativista e impactantes, mas a população tinha acesso livre a região, utilizando-a para pastoreio de alguns animais, extração de ervas e lenha. Nessa época a população viçosense também costumava utilizar a área para lazer, por conta das represas de abastecimento ali presentes, mesmo com a barragem ainda em operação. A figura 6 e 7 são de uma das represas da Mata e da antiga barragem, respectivamente:



Figura 6 – Represa da Mata



Figura 7 – Barragem na Mata

Foto: Ana Carolina F. Torres, 2011Foto: Ana Carolina F. Torres, 2011

Em 1966, a prefeitura firmou um convênio com a, até então, UREMG de cessão da localidade por um período de trinta anos, sendo que ela ficaria sob a responsabilidade do Departamento de Engenharia Florestal. Durante este período, a área já começou a ser utilizada para pesquisas desenvolvidas na Universidade. Em 1996, com o fim do prazo de validade do convênio firmado em 1966, a área passou a ser propriedade da UFV através de uma barganha feita entre as duas partes: a UFV cedeu a área onde está localizado o Cristo de Viçosa e a Prefeitura, em troca, cedeu a área da Mata.

A EPTEA continua sob a responsabilidade do Departamento de Engenharia Florestal, mas é utilizada por inúmeros departamentos da Universidade para atividades de extensão e pesquisa, até em níveis internacional. Hoje em dia, o controle de acesso à Mata é feito por um portão com muro na entrada, pela estrada principal da comunidade do Paraíso, e existem cercas na maior parte do contorno da área. A figura 8 é do portão de entrada da EPTEA, com detalhe para a placa que divulga o horário de funcionamento, na figura 9:

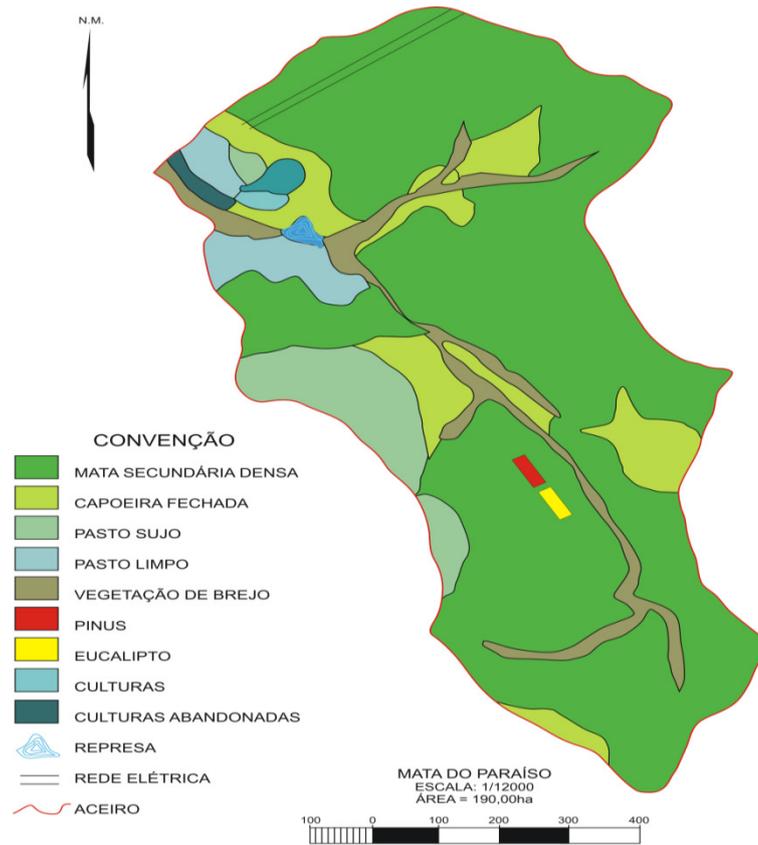


Figura 8 – Portão de entrada da EPTEA Mata do Paraíso
Foto: Ana Carolina F. Torres, 2011



Figura 9 – Placa em detalhe com o horário de funcionamento da Mata
Foto: Ana Carolina F. Torres, 2011

Atualmente o espaço se encontra em estágio avançado de regeneração, e muitos locais nem aparentam já terem sido lavoura no passado. A vegetação da Mata é composta por espécies exóticas remanescentes do tempo que o local era uma fazenda, como o eucalipto, a goiaba, a jabuticaba e algumas variedades de pinus. Espécies nacionais, como a Paineira (*Chorisia speciosa*), a Embaúba (*Cecropia hololeuca*), a Canela amarela (*Nectandra rigida*) e o Guapuruvu (*Schizolobium parahyba*) e espécies endêmicas como é o caso *Dorstëniabonijesu* utilizada em pesquisas sobre a cura do câncer.. A figura 10 trata-se de um mapa que ilustra os tipos de vegetação encontrados atualmente na Mata:



Anexo 06 - COBERTURA VEGETAL NA MATA DO PARAÍSO
Fonte: FREITAS (1999).

56

Figura 10 – Mapa da vegetação da Mata do Paraíso, 1999.

A fauna da mata também é variada, existindo exemplares de Bicho-preguiça, Cobra Coral, Tamanduá Mirim e pequenas variedades de rã. As figuras 11 e 12 são da *Dorstêniabonijesu* do Tamanduá Mirim, ambos fotografados na Mata do Paraíso em 2011:



Figura 11- Tamanduá Mirim capturado nos arredores da Matados Gigantes

Figura 12- *Dornsteniabonijesu* na Trilha

Foto: Mariana F. Pedro, 2011 Foto: Ana Carolina F. Torres, 2011

Dentro dos 200 ha. Existem 5 trilhas de graus leve, moderado e alto que são utilizadas para as atividades desenvolvidas e sua manutenção é responsabilidade dos servidores da UFV que trabalham lá. As figuras 13, 14, 15, 16 e 17 são da entrada de cada uma das trilhas:



Figura 13 – Placa da trilha da Gameleira **Figura 14** – Placa da trilha dos Gigantes
Foto: GEIA-Mata, 2010 Foto: GEIA-Mata, 2010



Figura 15 – Placa da trilha do Aceiro **Figura 16** – Placa da trilha da Pesquisa
Foto: GEIA-Mata, 2010 Foto: Ana Carolina F. Torres, 2011



Figura 17 – Placa do Caminho das Águas
Foto: Amanda Longui Cordeiro, 2010

Também foi construído um centro de educação ambiental na área central da Mata que abriga materiais para educação ambiental, banheiros, refeitório, bebedouros e a sala dos guardas. Em 2007, um incêndio criminoso destruiu a parte superior do centro, acabando com a estrutura para seminários e convenções existente até então. Até hoje ninguém foi

incriminado por tal fato, apesar dos boatos e desconfianças que rondam a região. As figuras 18 e 19 foram tiradas momentos depois do incêndio ter sido controlado:



Figura 18 – Restos do incêndio **Figura 19** – Estrutura superior danificada
Foto: GEIA-Mata, 2007

Atualmente está em processo de instalação uma nova sede em conjunto com uma guarita. Logo na entrada foi construída e já está pronta para uso, uma casa com banheiros e salas para palestras e atividades, além de uma guarita com cancela voltadas para o início da estrada, logo acima do portão. O objetivo dessa nova estrutura é estabelecer um maior controle sob aqueles que entram e saem da EPTEA, para que os funcionários sempre estejam cientes do número de pessoas que estão na Mata em determinado momento. Também é uma forma da Universidade ter controle sobre as pesquisas que são desenvolvidas lá e número de visitantes por mês e ano. A figura 20 é da nova sede na entrada da Mata, com detalhe para a guarita com a cancela:



Figura 20 – Nova sede da EPTEA com destaque para a guarita com a cancela
Foto: Ana Carolina F. Torres

Os funcionários ainda não foram transferidos para tal sede porque, por enquanto, não há sinal telefônico e a transferência da linha da sede antiga é financeiramente inviável. Mas em pouco tempo esses problemas técnicos devem ser resolvidos para o desenvolvimento do trabalho de servidores, estagiários e pesquisadores.

5.1 O Grupo de Educação e Interpretação Ambiental Mata do Paraíso – GEIA-Mata

O Geia-Mata surgiu no ano de 2000 após iniciativas do governo para consolidar práticas de educação ambiental no país. Inicialmente, surgiu com o nome NEA – Núcleo de Educação Ambiental – assim como foram formados vários outros NEAs por todo o país. Posteriormente esse grupo se tornou o GEIA e desde então vem sendo a ponte existente entre a população viçosense e a Mata do Paraíso.

Isso porque o GEIA é o responsável por guiar os grupos que desejam visitar a Mata, assim como agendar tais visitas, desenvolver metodologias, abordagens e maneiras de orientação dos grupos de acordo com os assuntos que tais desejam ‘aprender’ na Mata, tais como: reciclagem, preservação ambiental, fauna e flora. Funciona também como um grupo de estudos onde seus estagiários procuram estar em constante capacitação para melhor atender os visitantes.

A maior parte do público visitante é oriundo de escolas de ensino fundamental e médio de Viçosa e região, por conta da divulgação que o grupo faz nas escolas no intuito de cumprir seu principal objetivo: fortalecer, inserir e desenvolver a educação ambiental não-formal nas escolas. A Figura 21 é de uma das visitas realizadas à Mata sob a orientação do Geia:



Figura 21 – Atendimento a escola na Mata
Foto: Ana Carolina F. Torres, 2011

Também orienta grupos de adultos e de universitários que desejam desenvolver algum tipo de atividade ao local, como nas semanas de calouradas são recebidos alunos dos cursos de engenharia ambiental, florestal e da biologia.

O grupo tem sua sede dentro do departamento de Engenharia Florestal da UFV e recebe e conta com o apoio material da Universidade e deste departamento. O apoio financeiro não é constante aos estagiários, mas mesmo assim as atividades não deixam de ser desenvolvidas por conta do comprometimento dos envolvidos no grupo que, de maneira multidisciplinar, procura desenvolver suas atividades integrando o olhar dos diferentes cursos que compõe o grupo.

Atualmente tem-se trabalhado mais na divulgação da Mata dentro do campus no intuito de aproximar a população acadêmica deste local que lhe pertence e ainda é pouco conhecido. Uma das iniciativas foi a I Caminhada Ecológica, este ano divulgada apenas no campus, mas com projeto de expandi-la para a comunidade viçosense no próximo ano. A figura 22 traz o cartaz de divulgação da I Caminhada Ecológica:



Figura 22 - Cartaz da I Caminha Ecológica
Fonte: Renato Francisco, 2011

5.2 O projeto de extensão “Escola na Mata”

O projeto de extensão “Escola na Mata” existe desde 2003 tendo como um dos objetivos principais aproximar a população estudantil – exclusivamente moradores do entorno da Mata – atendida pela escola municipal Almiro Paraíso da área protegida. Propiciando um contato direto com a natureza, utilizando a Mata como um laboratório ao ar livre para reforço

dos temas construídos no ambiente escolar. Nas palavras de Costa, Guedes e Gonçalves (2008, p.3):

O projeto propicia a inclusão de temas relacionados à questão ambiental no currículo escolar, dando suporte teórico e prático, oferecendo oportunidades aos alunos, familiares, professores e funcionários da Escola Municipal Almiro Paraíso de atuarem como agentes transformadores em busca de alternativas e soluções dos problemas sociais e ambientais que atingem a comunidade como um todo e despertando o interesse pelas questões referentes à conservação da Mata do Paraíso e do meio em que vivem.

Desde seu início o projeto é desenvolvido continuamente, por diferentes estagiários e em parceria direta com o GEIA, numa mão dupla de aprendizado e desenvolvimento de atividades. A figura 23 contém a fachada da escola municipal Almiro Paraíso:



Figura 23 – Fachada da escola municipal Almiro Paraíso
Foto: Ana Carolina F. Torres, 2011

Os bolsistas do projeto auxiliam as professoras de 1º ao 5º ano no desenvolvimento de questões ligadas ao meio ambiente, fortalecendo e desenvolvendo a educação ambiental formal na escola, como determinado pela Lei nº 9.795 de 27 de Abril de 1999: “Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todo os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.” (BRASIL, 1999). A mesma lei ainda deixa claro em seu Artigo 10º que a mesma não deverá estar presente nos currículos escolares de forma rígida, mas deve ser desenvolvida de forma integrada e contínua (BRASIL, 1999).

Sendo assim, através de histórias, dinâmicas, atividades práticas (hortas, composteiras) e visitas à Mata o projeto aplica as diretrizes estabelecidas por lei para a educação brasileira.

A escola atende crianças nas classes de alfabetização (1º ano) até o 5º do ensino fundamental, sendo que o 4º e 5º ano são no período da manhã e os restantes no período da tarde.

5.3 A relação com a comunidade viçosense

O meio de acesso que a população de Viçosa tem à Mata do Paraíso é via Universidade, isso porque ela não é aberta a visitação do público em geral e também não está à disposição da população que vive em seu entorno para atividades de subsistência.

Atualmente existem dois projetos que tem como objetivos aproximar a comunidade desta área protegida, um é o GEIA-Mata e o outro é o projeto de extensão da UFV “Escola na Mata” desenvolvido na escola rural Almiro Paraíso. Ambos os projetos tem atingido um número significativo de pessoas, sendo sua maioria crianças e jovens estudantes. Existe a possibilidade de grupos não ligados a escolas fazerem visitas a Mata com a presença de um estagiário do GEIA e esses tipos de visitas tem acontecido algumas vezes ao ano, mas ainda falta informação à população sobre o local e como visitá-lo.

5.4 Os bairros do entorno da Mata do Paraíso

Ao redor da Mata do Paraíso, fazendo ‘divisa de cerca’ com a área protegida estão os bairros Palmital, Paraíso, Córrego do Engenho e Marreco, uma delimitação precisa de tais bairros é muito relativa, pois não existe uma demarcação correta de tais localidades de acordo com as propriedades, prevalecendo as informações populares, ainda mais do contexto dos vizinhos da Mata, onde os ‘bairros’ são muito próximos. As Figura 24 e 25 ilustram a entrada para o bairro Paraíso e, conseqüentemente, para a Mata e a bifurcação existente na estrada que chega à EPTEA e também dá acesso ao bairro Palmital: